



Proteger as pessoas dos donos da energia

Pela primeira vez numa década, as tarifas da eletricidade terão um aumento abaixo da inflação prevista.

Para isso contribuíram as propostas do Bloco, que reabriram o debate sobre os lucros excessivos das empresas elétricas. Depois de vários aumentos da ele-

tricidade acima dos 3%, este ano ficará em 1,2%. Ainda que muito limitado, este resultado é fruto de algumas medidas concretas em que o Bloco participou.

- Diminuição do subsídio às grandes empresas em alta tensão (interruptibilidade);
- Recuperação dos subsídios pagos indevidamente aos produtores de energias renováveis;
- Diminuição dos custos da "garantia de potência", através da suspensão dos contratos atuais com as elétricas até um regime para este serviço que reduza o seu custo;
- Auditoria pública na revisão dos contratos com remuneração garantida (CMEC);
- Transparência no investimento em redes de transporte e distribuição de energia para evitar gastos excessivos.

Mas para reduzir os custos da energia é necessário avançar mais. O Bloco tem proposto a revisão dos contratos CMEC que garantem alta remuneração à EDP e compõem mais de um terço dos seus enormes lucros. Também no setor das energias renováveis há lucros excessivos que não devem

ficar isentos da Contribuição sobre o Setor Energético. O governo do PS não aceitou estas medidas, mas o Bloco vai insistir sobre elas. O acesso à energia é um direito humano essencial, mas continua a ser um canal de transferência de rendimento do trabalho e das famílias para a acumulação dos

donos de empresas como a EDP e a REN. Neste caso, o Estado chinês, que foi beneficiado na privatização. Queremos acabar com os lucros abusivos na energia e garantir um sistema energético público, assente nas renováveis e amigo das pessoas e da economia.

Na eletricidade, mais de 700 mil famílias já têm desconto

TAMBÉM NA ÁGUA TARIFA SOCIAL SERÁ AUTOMÁTICA

Depois de garantir o acesso automático à tarifa social na energia a todos os clientes com carência económica, o Bloco avançou este ano para a aplicação automática da tarifa social da água definida pelos municípios.

Até hoje, estando dependente do pedido dos consumidores, a tarifa social tem beneficiado muito poucos. Com o novo sistema, as autarquias que praticam tarifas sociais da água passarão a conhecer a lista dos consumidores carenciados com direito a este desconto, cujo valor é definido por cada município.

Desta forma, passam a ter também direito à tarifa social da água os consumidores com rendimentos até 5808 euros por ano (mais 50% por cada elemento do agregado sem rendimentos), além dos beneficiários do RSI, Complemento Solidário para Idosos, Subsídio Social de Desemprego, Abono de Família ou Pensão Social de Invalidez.



Vitórias importantes contra a precariedade

As negociações do grupo de trabalho formado pelo Bloco com o governo e o PS permitiram chegar a conclusões importantes que se vão transformar em lei.



O combate aos falsos recibos verdes, transformando-os em contratos de trabalho após a ação inspetiva da Autoridade para as Condições do Trabalho, será alargado às falsas bolsas, falsos estágios e restantes relações de trabalho informal. E os trabalhadores passarão a estar mais protegidos do abuso patronal quando as situações ilegais são detetadas.

No trabalho a recibo verde, o sistema de contribuições para a Segurança Social também será alterado para corresponder ao valor real do rendimento do trabalhador nos últimos meses e não a uma estimativa desligada da realidade. Nos meses em que o trabalhador não tem rendimentos, em vez de fechar atividade e interromper a contagem da carreira contributiva, passará a poder pagar uma contribuição simbólica até 20 euros, que será abatida à contribuição nos meses em que obtiver rendimentos. O Bloco continua a insistir para que seja possível alargar a proteção na doença, desemprego e assistência a filhos, acabar com a isenção de contribuição para a Segurança Social por parte das entidades contratantes, e também acabar com a fuga às contribuições nos casos de pessoas que declaram trabalhar por conta de outrem, mas obtêm um rendimento muitas vezes superior em serviços prestados a recibos verdes, cujo valor é isento de contribuição para a Segurança Social.

O QUE MUDA EM 2017? Continua recuperação dos rendimentos de quem trabalha



Pensões e reformas de quem trabalhou toda uma vida serão valorizadas.

Em janeiro as pensões até 838 euros vão ser aumentadas com base na taxa de inflação e as pensões do regime contributivo, até 628 euros, serão de novo aumentadas em agosto num montante que perfaça o total de 10 euros no somatório com o aumento de janeiro.

As pensões mínimas do regime não contributivo, que foram aumentadas entre 2011 e 2015, serão aumentadas ao nível da inflação. É um passo positivo, embora não atinja as propostas feitas pelo Bloco de Esquerda: que todas as pensões fossem aumentadas à taxa de inflação e que todas as pensões até 838 euros fossem aumentadas em 10 euros já em janeiro de 2017.

A marca Bloco continua a fazer a diferença no Orçamento



• **REFORÇO DO ABONO DE FAMÍLIA** para crianças até aos 3 anos.



• **TARIFA SOCIAL DA ÁGUA.** Atribuição automática do desconto na fatura da água aos beneficiários da tarifa social da eletricidade.



• **REPOSIÇÃO FASEADA DO SUBSÍDIO DE NATAL DA FUNÇÃO PÚBLICA** Em 2017, metade do valor do subsídio de Natal será paga em duodécimos. Em 2018, o subsídio regressa à sua forma histórica, sendo pago na íntegra de uma vez só.



• **REFORÇO DO PROGRAMA PORTA 65** Aumento do orçamento para apoio ao arrendamento para jovens até 30 anos.



• **VIDA INDEPENDENTE** Concretização da norma programática aprovada no OE'2016 com vista à atribuição experimental de assistentes pessoais que garantam a autonomia individual da pessoa com deficiência fora do contexto de institucionalização e apoio familiar.



• **DESCONTO DE 25% no passe social a todos os estudantes do ensino superior abaixo dos 23 anos**

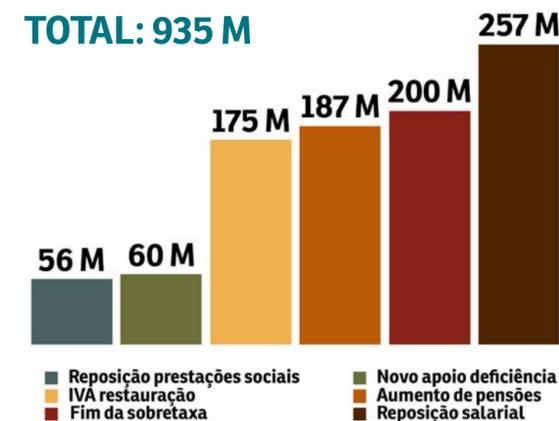


Como vai funcionar o imposto sobre Património Imobiliário?

O Bloco propõe que as grandes fortunas imobiliárias paguem uma taxa para financiar a Segurança Social. Vamos buscar a quem mais tem para garantir o futuro das reformas e das pensões.

A medida aplica-se a indivíduos e empresas, com exceção da atividade industrial e turística. No caso dos imóveis serem arrendados, o imposto é dedutível no imposto a pagar pelas rendas (IRC ou IRS). A receita do imposto destina-se a financiar a Segurança Social.

Recuperação de rendimentos



Que impostos aumentam?

